

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

“O Papel do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público Brasileiro na Defesa dos Direitos dos Povos Ciganos”

Aos trinta do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público iniciou-se a audiência pública sobre os direitos dos povos ciganos e o papel do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público, sob a presidência interina do Membro Colaborador da Comissão de Direitos Fundamentais, **Luciano Mariz Maia**, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto, em vista o atraso justificado do Conselheiro Nacional Jarbas Soares Júnior, Presidente da Comissão de Direitos Fundamentais. Presentes o Coordenador-Geral das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representando o Ministro Patrus Ananias, Edmilton Cerqueira; a Coordenadora-geral de diversidade da Secretaria de Políticas para Mulheres, Janaina Barbosa de Oliveira; a Gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Desireé Ramos Tozi; a Diretora de Políticas de Educação do Campo Indígena e para Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação, Rita Gomes Nascimento e o Professor Dr. Jucélio Dantas da Cruz, que é Cigano, convidado pelo CNMP para exposição inicial do tema. **O Presidente da mesa, Luciano Mariz Maia**, cumprimentou os presentes e explicou as regras de funcionamento da audiência e seu objetivo central de ouvir as demandas da Comunidade de Ciganos e também receber informações sobre as Políticas Públicas que atendam as necessidades concretas dessa comunidade. Em seguida, a **Diretora de Políticas de Educação do Campo Indígena e para Relações Étnico Raciais do Ministério da Educação, Rita Gomes Nascimento**, saudou todos os presentes e expôs algumas ações do Ministério da Educação vinculadas à população cigana a primeira delas diz respeito a um grupo de trabalho sobre as questões ciganas, que elaborou uma publicação sobre a temática que será difundida nos estados e municípios. A segunda ação tem o objetivo de se promover a formação de alfabetizadores e alfabetizadoras ciganas; a terceira é de montar turmas dentro do programa Brasil Alfabetizado conforme a realidade da população cigana; a quarta diz respeito aos livros didáticos; há a pretensão de se incluir nesse material informações sobre a história e a cultura dos povos ciganos; a quinta é promover cursos de formação continuada para professores não-ciganos e não ciganas, a fim de preparar os professores que estão nas escolas para uma educação étnico-racial em um contexto de diversidade como é o caso brasileiro. **O Presidente, Luciano Mariz Maia**, convidou para integrar a mesa, o Procurador-Geral de Justiça da Bahia e Presidente do Grupo Nacional Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, Márcio José Cordeiro Fabel. A **Coordenadora de Diversidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Janaina Barbosa de Oliveira**, a quem foi dada a palavra, cumprimentou os presentes e agradeceu o convite. Em seguida, informou que a Secretaria de Política para Mulheres recentemente recebeu uma demanda de mulheres ciganas para inclusão deste público em seus programas. Nesse sentido, com o objetivo de ouvir melhor o público específico e inclui-las nas políticas, a Secretaria fará um evento de diálogo com mulheres ciganas no início de outubro, oportunidade que marcará um momento histórico para a Secretaria. A **Gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Desireé Ramos Tozi**, por sua vez, saudou a todos e agradeceu o convite para compor a mesa. Logo após, expôs que a SEPPIR-PR está articulando a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, com o objetivo de promover o diálogo entre vários ministérios, com a participação da sociedade civil, para a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para os povos ciganos, em que se pretende elencar metas fiscais e financeiras relacionadas às políticas públicas que incidem e que são de interesse dos povos

D. M.



ciganos. Informou, ainda, que há pretensão de se replicar ações como as estabelecidas com o Governo do Distrito Federal que cedeu um espaço público do GDF para atuar com políticas direcionadas aos povos ciganos. Colocou a SEPPIR-PR à disposição para o recebimento de demandas e propostas da população cigana. **O Coordenador-Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Edmilton Cerqueira**, falou em seguida, cumprimentou os presentes e parabenizou o CNMP pela iniciativa. Afirmou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário é o órgão do governo federal responsável pelas políticas para a Agricultura Familiar, dentre os beneficiários desta política estão os povos ciganos. Apresentou o aparato legal que o Ministério se baseia para desenvolver políticas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; informou que ocorreu em Brasília um evento sobre essa temática que contou com a participação de representantes da comunidade cigana. Explicou que existem programas do executivo federal, como por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que cada vez mais estão atendendo ao conjunto de segmentos de povos e comunidades tradicionais. Os programas do Ministério podem ser acessados pelas famílias a partir de um cadastro que as identifica como agricultores familiares. Por fim, colocou à disposição dos trabalhos do Ministério Público. Dada a fala ao **Procurador-Geral de Justiça da Bahia, Márcio José Cordeiro Fabel**, o mesmo saudou a todos, e demonstrou sua satisfação pelo convite de integrar a mesa. Colocou à disposição os trabalhos do grupo de Direitos Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, informando que há disposição para colaborar com a temática e em melhorar a atuação em prol dos povos ciganos. Ressaltou que as violações de direitos e violências vivenciadas por essa comunidade ultrapassam o tempo razoável compreensível, havendo, portanto, um débito histórico. **O Presidente interino, Luciano Mariz Maia**, fez uso da palavra para algumas considerações sobre a temática expondo que essa Audiência Pública tenta dar visibilidade à necessidade de os Ministérios Públicos olharem a questão dos ciganos. Argumentou que o Ministério Público que é tão avançado em diversas matérias, não está sendo capaz de compreender a particularidade e o diferencial do ser Cigano, sendo que as questões dessa parcela da população ainda são vistas sob o manto do preconceito e do racismo. Destacou também que a definição de quem são os ciganos deve ser uma construção social e coletiva de pertencimento étnico, em que é o grupo que constrói os fatores que o distingue; fatores como a língua, o modo de organizar-se socialmente, as relações de poder e o papel de cada integrante do grupo, as distinções que acontecem em seus rituais de pureza e de limpeza, entre outras. Enfim, falou o **Professor Doutor e cigano, Jucélio Dantas da Cruz**, que saudou a todos e expressou sua satisfação em falar sobre o povo cigano. Afirmou que o objetivo maior da Audiência Pública é o de viabilizar formas de ação para que o povo cigano seja incluído na sociedade e visto como um povo que é capaz de exercer tarefas dentro dela. Frisou, ainda, a necessidade de se informar à sociedade quem são os ciganos para que possam ser afastados todos os preconceitos que afligem a esse povo. Em seguida, passou a expor um pouco da história dos povos ciganos e salientou o desejo do povo cigano de ser respeitado. Assumindo a presidência dos Trabalhos do Conselho Nacional, **o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, Jarbas Soares Júnior** cumprimentou a todos e, ao expor sua satisfação de estar presidindo sua última Audiência Pública como Presidente da CDDF, salientou a importância da Audiência Pública para que as pessoas possam entender a realidade dos povos ciganos em suas lutas contra o preconceito e pelo engajamento no meio da sociedade brasileira e convidou a fazer uso da palavra o **Presidente da Associação Internacional da Comunidade de Aparecida de Goiânia, Alexander Castilho**, que iniciou sua fala parabenizando o CNMP pela oportunidade de falar acerca do Povo Cigano e expôs as dificuldades para que as políticas públicas atinjam aos ciganos. Contou história de um cigano de Aparecida de Goiânia que não conseguiu seu cartão do SUS por não ter endereço em seu nome. Suscitou ser importante dar continuidade às ações iniciadas pelo Ministério da Educação voltadas para a formação de turmas específicas de alfabetização de ciganos dentro das comunidades, como forma de se fugir do racismo por que passam os ciganos. Após, teve a palavra novamente **Rita Gomes Nascimento**, que informou que o Ministério da Educação está trabalhando para garantir o direito à educação aos Povos Ciganos. Em seguida, agradeceu a todos e chamou a sua colega, Sra. **Maria Auxiliadora**, para assumir o lugar do Ministério da Educação na audiência. **O Presidente, Conselheiro Jarbas Soares Júnior** aproveitou a oportunidade para convidar para integrar a mesa



do Conselho Nacional Antônio Pereira Duarte, Conselheiro do CNMP, que participava da Audiência Pública, o **Presidente da Comunidade Cigana de Minas Gerais, Carlos Amaral**, teve a palavra, e demonstrou sua satisfação de estar fazendo parte da Audiência Pública. Parabenizou o Ministério Público de Minas Gerais por ter ganhado ação em que foram agregadas terras dentro de Belo Horizonte para os ciganos, mas expôs sua preocupação para que todo o Estado brasileiro fosse abrangido com uma ação similar. Completou salientando a importância da atuação do Ministério Público para apurar a violação aos direitos humanos ocorrida nas comunidades ciganas. O **Presidente, Conselheiro Jarbas Soares Júnior** salientou que falta no Ministério Público uma política nacional indutora para que os povos ciganos sejam melhor protegidos. Foi dada a palavra ao **Coordenador-Geral de Apoio à Educação Popular e Mobilização Social do Ministério da Saúde, Rui Leandro da Silva Santos**, que iniciou sua fala saudando a todos e citou a falta de informação dos trabalhadores dos Serviços da Saúde para entender a cultura dos povos ciganos e fornecer um serviço que não tenha nenhum tipo de discriminação. Salientou, ainda, a importância de se compartilhar as responsabilidades pelas políticas públicas relacionadas aos povos ciganos com os Estados e os Municípios. Após, o **Presidente** passou a palavra para a **representante dos Povos Ciganos da Comissão Nacional Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Maura Piemonte**, que saudou a todos e adentrou na questão do preconceito pelo qual passam os povos ciganos. Contou caso em que uma cigana foi para a maternidade ter seu bebê e dois policiais já o foram levando sob o argumento de que ela não sabia amamentar e nem dar banho. Enfatizou a necessidade de se ter um território para os ciganos em Patos de Minas, onde tentaram uma audiência com o prefeito e não foram recebidos. Solicitou, por fim, o auxílio do Ministério Público junto aos Municípios afirmando que estes são os maiores inimigos do Povo Cigano, pois é neles que os ciganos precisam de um território, ir para a escola e receber atendimento do SUS. Em seguida, o **Presidente** passou a palavra ao **Conselheiro do CNMP, Antônio Pereira Duarte**, que cumprimentou a todos e ressaltou a necessidade de que os povos ciganos sejam incluídos socialmente para que seja cumprido que determina a própria Constituição. Após, o **Presidente** suspendeu a Audiência Pública para o almoço. Às quatorze horas, retomou os trabalhos e convidou o Grupo Paixão Cigana para se apresentar com uma dança cigana. Em seguida, passou a palavra aos inscritos para manifestação. Com a palavra, a **representante da Associação Internacional Maylé Sara Kalí, Eliza Costa** saudou os presentes e solicitou a atenção de todos para acompanharem o denominado Estatuto do Cigano, que tramita no Senado e que pode acarretar em retrocesso a direitos adquiridos dos ciganos. Ressaltou que se deve lutar contra o racismo, especialmente o institucional, para que se tenha um melhor atendimento das instituições aos problemas dos povos ciganos. Em seguida, também da Associação Internacional Maylé Sara Kalí, a **Lucimara Cavalcante** contou um pouco da história da AMSK e do evento Brasil Cigano, primeira semana nacional dos povos ciganos, ocorrido em maio de 2013. Solicitou ao Ministério Público o acompanhamento das ações afirmativas de inclusão dos povos ciganos em todas as áreas, especialmente na área da educação. Relatou caso de infanticídio em Porto Velho, no Hospital Estadual Cosme Damião, onde morreram 22 crianças desde junho deste ano. Pediu, por fim, que fosse feita uma intervenção no Ministério da Saúde para que o atendimento do Disque 110 e do Disque 136 seja realizado por corpo qualificado do Ministério, pois muitas vezes há uma dificuldade de comunicação por parte dos ciganos, que necessitam de um atendimento diferenciado. Após, o **representante da Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos, Marcelo Barbosa de Almeida** relatou casos de acampamentos de ciganos que sofrem com problemas de infraestrutura. Destacou o caso do acampamento de Joinville, que sofre com problemas básicos de falta de fornecimento de saneamento básico, água e luz. Pontuou, ainda, a necessidade de os povos ciganos serem respeitados por todos os entes públicos. Dada a palavra a **Márcia Vasconcelos**, da Associação Internacional Maylé Sara Kalí, que saudou a todos e abordou a questão da geração de dados estatísticos sobre os povos ciganos no Brasil e da sub notificação que ocorre em grande parte dos dados gerados. Afirmou que a AMSK acredita que gerar dados verídicos, estatísticas e informações qualificadas significa fundamental avanço na elaboração de políticas públicas que sejam mais efetivas para atender as necessidades dos povos ciganos conforme a realidade de cada comunidade. Em seguida, a **Desirré Ramos Tozi**, da SEPPIR, solicitou a ajuda da AMSK para poder pensar estratégias para que as próprias comunidades

Ami

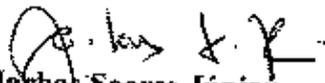


ciganas procurem as prefeituras e os CRAS para que possam ser coletados dados de forma mais eficiente. Nesse momento, o **Presidente** passou a palavra ao **cigano Calon, Valdir de Almeida Apolinário**, que iniciou agradecendo a oportunidade de ser ouvido. Contou algumas de suas histórias e as dificuldades pelas quais passou enquanto cigano. Destacou que cresceu tendo uma visão negativa das autoridades públicas, porque nunca a sua comunidade viu uma autoridade indo até eles para resolver seus problemas, mas apenas para maltratar ou para violar os seus direitos. Terminou enfatizando que o cigano tem direitos, especialmente o direito de fazer escolhas, "de morar em uma tenda, de viver em uma estrada, ou morar em uma casa". Logo após, o **cigano e responsável pela área de Direitos Humanos do Povo Cigano da AMSK, Daniel Rolim** ressaltou que o CNMP tem o dever de acompanhar todas as ações judiciais em tramitação que sejam ligadas ao Povo Cigano, bem como aquelas ligadas às minorias étnicas. Disse que os direitos humanos não existem para o Povo Cigano e que o Ministério Público deveria permitir a possibilidade de alguém fazer uma denúncia no órgão de forma oral, especialmente por conta daqueles ciganos que não conseguem ler e escrever. Suscitou também que o Ministério Público deva atuar e fiscalizar junto ao MEC para que o material didático que chega às escolas não trate o povo cigano como ladrão ou como um ser naturalmente ruim. Nesse momento, o **Presidente** passou a palavra ao **representante da Associação Amigos dos Ciganos e da Associação de Apoio Integral aos Ciganos, Walter de Paula Silva**, que expressou sua preocupação com a falta de protagonismo dos ciganos. Sugeriu reflexão sobre a possibilidade de serem oferecidas cotas para ciganos no âmbito da educação, pois muitos deles têm dificuldade de ingressar em cursos superiores. Fez apelo para que os ciganos sejam tratados de forma diferente, sem discriminação de qualquer motivo. **Representando a Associação Nacional das Etnias Ciganas, Vanderlei da Rocha** saudou a todos e conclamou o povo cigano a participar da criação e da elaboração do Estatuto do Cigano, que tramita no Senado Federal. Esclareceu que alguns artigos do anteprojeto não são adequados à realidade cigana, a exemplo daquele que determina que cigano é aquele que assim se autodeclara. Pontuou que, com o auxílio do CNMP, poderia ser feito um mapeamento junto ao IBGE do número de ciganos no Brasil, pois isso seria mais eficiente na defesa dos direitos dos ciganos. Por fim, aproveitou a oportunidade para ler carta de demandas da ANEC na qual a Associação solicita a promoção de políticas públicas voltadas à garantia de igualdade étnico-racial no País e para o combate das discriminações aos povos ciganos. Em seguida, o **pastor e cigano Edgar Rufino da Silva** agradeceu a oportunidade de se pronunciar e falou que é hora de todos começarem a dar os primeiros passos para fazer a inclusão social do Povo Cigano junto às suas comunidades. Sugeriu que cada acampamento de ciganos seja devidamente registrado e esclareceu que isso poderia ser iniciado através de um censo específico realizado pelo próprio gestor municipal em contato com o líder dos acampamentos de ciganos. Falou da importância de os ciganos terem um domicílio para a partir disso terem direito à matrícula em escola e a registro no SUS. Com a palavra, o **representante da Comunidade Cigana de Riachinho, Amadeus Batista da Silva** agradeceu a oportunidade e pediu para que todas as autoridades que fazem parte da Audiência Pública conheçam melhor a história do Povo Cigano no Brasil, pois a língua e a cultura dos ciganos estão morrendo. Disse que os ciganos precisam ser evangelizados e educados para que possam se comportar de forma adequada perante os problemas que surgem tanto na comunidade quanto na sociedade. A **Secretária-Geral da Associação Nacional das Etnias Ciganas do Brasil, Daiane da Rocha**, após cumprimentar a todos, expôs a situação do acampamento cigano em Sobradinho, no qual sofre com a falta de banheiros e também com a falta de acesso a transporte coletivo. Ressaltou que os povos ciganos precisam ter acesso a direitos básicos, como o direito a ter acesso à água potável. Após, a **cigana integrante da etnia Calon, Shirlene Silva Rocha** solicitou que o Ministério do Trabalho realize cursos para capacitar para os jovens nas comunidades ciganas para que tenham maior oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, uma melhoria de vida. Destacou que a alfabetização dos ciganos deve ser feita dentro da própria comunidade e finalizou dizendo que os ciganos precisam se unir para lutar por seus direitos. A **Assessora Técnica de Políticas de Promoção da Equidade do Ministério da Saúde, Maria de Fátima Marques** cumprimentou a todos na pessoa do Presidente da mesa e enfatizou que a discussão acerca de quem é cigano, ou de qual etnia, é perda de tempo. Explicou que embora as diferenças sejam importantes, todos os ciganos são seres humanos e possuem necessidades básicas que podem ser melhor enfrentadas se todos estiverem unidos. Em seguida, o



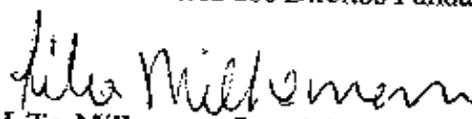
CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente passou a palavra para integrantes da mesa e para as autoridades do Executivo para suas considerações finais. **Maria Auxiliadora**, do MEC, aproveitou para destacar que na área da educação o maior obstáculo é o racismo institucional em nível local. Contou que o MEC lançou um plano de ações articuladas para que as pessoas pudessem receber dinheiro para a implementação das diretrizes curriculares quilombolas e que dos quase 700 Municípios, apenas 155 solicitaram recurso. Mencionou que o mesmo acontece com a educação escolar cigana. Explicou que o MEC, em relação a qualquer trabalho envolvendo o povo cigano, passou a ter um Grupo de Trabalho numa comissão paritária, metade Governo e metade ciganos. Destacou que há uma orientação do MEC ao Sistema de Ensino para que os filhos de ciganos tenham matrícula garantida nas escolas em qualquer época do ano, mas que isso passa pela problemática da má gestão local. Por sua vez, **Desirée Ramos Tozi**, da SEPPIR, informou que a Secretaria já sistematizou vários dos pleitos que foram expostos na Audiência Pública através dos mecanismos de escuta dos povos ciganos, inclusive no Brasil Cigano, e que a partir dos documentos que já foram elaborados em relação ao tema será negociado com os órgãos do Governo Federal a elaboração do Plano de Políticas Públicas. Destacou, por fim, que a Secretaria conseguiu implementar, no Plano Plurianual 2016 e 2019, as denominadas Políticas para Povos Ciganos, que significa um espaço institucional dentro do Governo para negociar recursos e políticas com outros órgãos para Comunidades Ciganas. Pelo MDA, **Edmilton Cerqueira** ressaltou que, ao longo da histórica luta dos povos ciganos pelos seus direitos, os órgãos públicos têm se sensibilizado e estão mais ativos na condução de projetos benéficos para os povos ciganos. Parabenizou o Ministério Público e o CNMP pela iniciativa da Audiência Pública. Dada a palavra ao Membro Colaborador do CNMP e Procurador Federal Adjunto dos Direitos do Cidadão, **Luciano Mariz Maia** propôs a realização, no dia 8 de abril de 2016, de Audiências Públicas pelos diversos Ministérios Públicos, com participação de pessoas que possam atuar e solucionar as questões envolvendo os ciganos, como o problema dos ciganos indocumentados. Finalizou parabenizando o Presidente e o CNMP por terem aberto as portas aos ciganos. Logo após, em nome do CNMP, **Márcio José Cordeiro Fabel**, PGJ-BA, afirmou que é necessário se combater o preconceito institucional nos âmbitos da Polícia, do próprio Ministério Público e da Magistratura. Enfatizou que defender os Povos Tradicionais significa defender a diversidade cultural e a própria cultura humana. Terminou agradecendo a todos e parabenizando o Presidente pela condução da Audiência e pelo seu trabalho. Em seguida, o Presidente reforçou que estão sendo dados os primeiros passos em relação à conquista de direitos para os povos ciganos no âmbito do CNMP, que é um órgão Nacional indutor de ações no Ministério Público. Ressaltou, ainda, que todas as informações e dados coletados nesta Audiência Pública serão encaminhados em ata aos participantes, e esses mesmos dados e informações servirão ao Grupo de Trabalho especial do CNMP destinado a articular ações nacionais deste Conselho em prol do povos ciganos. Ao final, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. Assinam esta ata o Conselheiro Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; e eu, **Lília Milhomem Januário**, Assessora-chefe da CDDF, que a redigi.



Jarbas Soares Júnior

Conselheiro Nacional do Ministério Público
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais



Lília Milhomem Januário

Assessora-chefe da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais